



MAGNO FRANCISCO DA SILVA

Filósofo e professor da Ufal

## Outro caminho para a esquerda

A principal tarefa da esquerda brasileira é unir os trabalhadores contra a extrema direita, representada no PSDB, DEM e outras organizações de caráter reacionário.

Porém, também é necessário afirmar que o governo do PT não vai fazer nenhum giro a esquerda. Permanecerá desenvolvendo um governo de conciliação de classes, onde nesta relação sabemos quem é o filho prioritário.

São muitos os compromissos com as elites do país. Bancos e grandes empresas pagaram a campanha eleitoral e agora vão exigir que os seus interesses sejam atendidos.

Afinal, a burguesia não vai pagar uma campanha para o governo atender os interesses dos trabalhadores, estatizar empresas, diminuir os juros...

Basta ver o aumento da taxa selic e as declarações de membros do governo, afirmando que no próximo mandato o governo pretende aumentar o superávit primário.

Ou seja, tirará mais dos pobres para dar aos ricos.

Além disso, a presidente Dilma já disse que não vai fazer mais plebiscito para a reforma política.

Na verdade, o PT já está há 12 anos no governo e não fez nada para que a reforma política acontecesse, parece discurso para agradar a militância.

Também não fez nada para democratizar a mídia, nem a reforma agrária.

E não fez porque essas reformas são contrárias ao interesses do grande capital. Por exemplo, é possível democratizar a mídia sem estatizá-la?

A social democracia também ajuda no crescimento da extrema direita, quando abre mão do seu programa e atende as pressões do capital.

O PT é a prova fiel disto. Privatizou em seu governo, se envolveu em corrupção para atender aos seus aliados mercenários e com isso a extrema direita cresceu significativamente.

Mais do que nunca, é necessário construir uma alternativa mais avançada para os trabalhadores. Para isso, é necessário ocupar as ruas com as pautas históricas dos trabalhadores.

É preciso defender a auditoria da dívida pública, a reforma agrária e urbana, a reestatização das empresas privatizadas e a punição aos torturadores e assassinos da ditadura militar.